

A proposta do Brasil

por José Casado
de Mar del Plata

O chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro e o ministro Ernane Galvéas, da Fazenda, começam a negociar hoje, em Mar del Plata, na Argentina, com seus colegas representantes de onze países latino-americanos, uma proposta que tem o objetivo de atenuar, no curto prazo, as dificuldades das nações endividadas do Terceiro Mundo na captação de novos recursos externos para financiar seus projetos de desenvolvimento.

Oficialmente, o Brasil vai sugerir aos governos desses onze países latino-americanos — cujas dívidas somadas ascendem a US\$ 350 bilhões — que constituam um bloco de pressão, informal, sobre a dire-

ção e os principais acionistas do Banco Mundial (BIRD) para rapidamente conseguir um aumento na relação entre empréstimos e capital dessa instituição financeira, que, atualmente, é de US\$ 1 de financiamento para cada dólar de capital.

O governo brasileiro acha viável, técnica e politicamente, que os países devedores latinos atuem, de forma rigorosamente conjunta, pressionando o governo Ronald Reagan com esse objetivo já na próxima assembléia anual do Banco Mundial, programada para o dia 24 deste mês, em Washington. Mais ainda: considera, também, que existem plenas chances de êxito.

Funcionários do Itamaraty e do Banco Central conseguiram negociar com sucesso essa proposta na reunião técnica dos trinta delegados latinos, na qual se preparou, ontem, a agenda de discussões dos ministros de Relações Exteriores e de Fazenda, cujo início está marcado para hoje, às 10 horas, no Gran Casino Central de Mar del Plata.

Esta é a primeira vez que o governo brasileiro faz uma proposta concreta aos demais países devedores da América Latina, desde que em Cartagena, na Colômbia, há dois meses, as chancelarias latinas instituíram um mecanismo de consulta mútua e permanente para a negociação política da dívida externa — sem alteração do tratamento técnico e individualizado que, até agora, vem sendo aplicado por cada governo da região nas suas gestões com a comunidade financeira internacional.

“E um avanço na linha

daquilo que ficou acertado em Cartagena”, define o embaixador Roberto Abdunur, secretário para Assuntos Econômicos do Itamaraty. “Estamos dando um passo significativo, essencialmente político”, acrescenta José Carlos Madeira Serrano, diretor da área internacional do Banco Central.

Mais que isso; foi a forma que o governo brasileiro encontrou para contornar a ênfase de alguns governos, como o da Colômbia, por exemplo, em articular, já nessa reunião de Mar del Plata, um “convite” aos governos dos países credores para um “diálogo” político sobre a dívida externa da América Latina, com data marcada se possível ainda neste ano, logo após as assembléias anuais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial — o êxito da manobra brasileira ainda não está de todo assegurado.

Essa idéia, que definitivamente não agrada à delegação brasileira, ganhou força política com uma carta do presidente da Co-

lômbia, Belisário Betancourt, ao presidente da Argentina, Raúl Alfonsín, remetida no último dia 5. A Chancelaria argentina não está medindo elogios à estratégia de Betancourt.

Diz o presidente da Colômbia, dirigindo-se a Alfonsín: “Em vista da reação muito favorável da comunidade financeira internacional em relação ao ‘consenso de Cartagena’, creio, senhor presidente, que é chegado o momento de que se inicie o procedimento do diálogo político com os credores que o mesmo ‘consenso’ prevê. Assim, em Mar del Plata, poder-se-ia convidar um grupo representativo

(Continua na página 2)

11 SET 1984

GAZETA MERCANTIL

A proposta do Brasil

48

por José Casado
de Mar del Plata

(Continuação da 1ª página)

de governos de países desenvolvidos, para que, em reuniões progressistas em nível e em agendas, se comece a negociar o conjunto de soluções que o grave problema do endividamento latino-americano requer".

A resposta de Alfonsín será dada hoje, publicamente, no discurso com que abrirá a reunião de chanceleres e ministros de Fazenda da América Latina. Já se sabe que o governo argentino vê essa idéia com muita simpatia, o que começou a dificultar o entendimento entre os funcionários das várias chancela-

rias, encarregados, ontem à noite, da montagem final da agenda dos ministros de Relações Exteriores.

As delegações técnicas tinham superado, com êxito, a primeira e a segunda etapas da preparação da agenda da reunião: o diagnóstico da evolução do problema do endividamento desde Cartagena e a análise de propostas concretas como a brasileira. No final da noite de ontem estava claro que havia um impasse quanto à terceira etapa, a reserva de dois parágrafos no nota conjunta — a ser divulgada sexta-feira, no final da reunião — abordando a urgência do "diálogo político" com os governos dos países credores.

A manutenção do "consenso" de Cartagena torna-se delicada se a Argentina insistir, tendo a Colômbia e outros países como aliados, nesse "diálogo político", pois o Brasil e o México dão mostras de pouca receptividade.

"Mais vale perder tempo na discussão com os grandes do Norte do que nos entregarmos aos grandes do Norte", comentou Alfonsín, durante sua visita à província de Neuquén, terça-feira, quando os delegados latinos iniciavam a discussão em Mar del Plata.

O presidente argentino está empenhado, também, em conversar pessoalmente com Ronald Reagan, dia 24, em Washington, quando ambos se encontrarão na Assembléia Geral da Orga-

nização das Nações Unidas. Até agora, a Argentina e o Fundo Monetário Internacional não chegaram a um acordo definitivo sobre o programa econômico do país para 1985.

Em Neuquén, Alfonsín explicou por que: "Não temos aceitado receitas recessivas, que nos venham a dizer, de novo, que a variável de ajuste teria de ser o salário e que teríamos de ir à recessão. Já temos perdidos muitos meses para vencer (o Fundo) de que este não vai ser o caminho que seguirá a Argentina". A Colômbia, assim como outros países que, ao contrário do Brasil e do México, ainda não se ajustaram conforme as regras do FMI, está atenta — e dando apoio — à posição argentina.